

## **SEMINÁRIO**

### **INVESTIMENTOS, INOVAÇÃO E MUTAÇÃO SOCIAL**

Associação Empresarial de Portugal

Porto, 2 de Fevereiro de 2004

**Luís Valente de Oliveira**, na sessão de abertura, começou por realçar que olhar para o mercado, caracterizá-lo, saber como o investidor português é recebido e também como se deve comportar é de suma importância. Não é fácil mudar de continente, mudar de cultura empresarial, e em relação ao Brasil existe uma falsa ilusão criada pela língua. Houve algumas desadaptações, fruto de um excessivo entusiasmo, e para diminuir os riscos inerentes ao investimento no estrangeiro é preciso saber quais são as suas principais causas. Concluiu que os riscos corridos foram, na sua maioria, fruto do desconhecimento da conjuntura e do mercado de destino.

**Álvaro de Vasconcelos** iniciou a apresentação e contextualização do projecto conduzido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, falando da experiência acumulada por 14 anos como organizador do Forum Euro-Latino-Americano. Têm ocorrido mutações no quadro das relações luso-brasileiras, assimiladas pelos projectos desenvolvidos no âmbito do Forum Euro-Latino-Americano, durante a década de noventa, que deram, aliás, origem ao projecto INOVA. As relações luso-brasileiras tinham uma base cultural e histórica muito forte, mas que se traduzia no essencial numa retórica sentida, mas não por isso menos retórica, tendo pouca substância. Esta situação acabou por ser apelidada, no Brasil, por comércio da saudade, e transformou-se na saudade do comércio, ou seja, na sua prática inexistência. Nesse contexto houve uma opção claramente estratégica, tomada em Portugal, em meados dos anos 90, para dar substância a essas relações, através de um apoio significativo do Estado ao investimento português no Brasil que, aliás, se seguiu a um primeiro período, no início da mesma década, em que houve uma vaga de investimento brasileiro em Portugal.

Redescobriam-se os dois países, descobria-se em Portugal que o Brasil tinha muito mais modernidade do que o que localmente se pensava, e o Brasil descobria que Portugal era um país da União Europeia, particularmente interessante para o Brasil no quadro do Mercosul, uma grande esperança nos anos 90. No desenrolar das actividades do Forum Euro-Latino-Americano, constatou-se que havia mutações importantes nas relações entre Portugal e o Brasil e o Mercosul e a União Europeia. Por um lado, em Portugal, começava a fazer-se um balanço dos investimentos feitos no Brasil, originando pontos de vista e conclusões diferentes; por outro lado, havia uma mudança significativa na política brasileira, com a eleição do presidente Lula, e também havia mudanças políticas em Portugal. Assim, é importante que os investimentos portugueses no Brasil se analisem tendo como base o balanço que é feito quer no que se refere ao seu impacto no Brasil do ponto de vista da inovação, quer em relação à consciência das circunstâncias sociais em que eles se desenvolvem. Assim, começou-se pela aplicação de um inquérito junto das empresas portuguesas que investiram no Brasil, para tentar perceber qual foi o seu impacto do ponto de vista da inovação e de que forma tomaram em consideração o factor social. A segunda parte deste projecto será fazer o mesmo junto das empresas brasileiras que investiram em Portugal, que apesar de serem, do ponto de vista quantitativo, muito menos, tiveram certamente, do ponto de vista qualitativo, impacto grande em vários sectores.

### **Investimentos portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal**

**Manuel Ferreira da Silva** salientou que o investimento português no Brasil era praticamente inexistente no início dos anos 90, atingindo valores muito expressivos na segunda metade da década, chegando a registar montantes próximos aos 10 mil milhões de euros. No âmbito do investimento estrangeiro no Brasil, com base numa reportagem publicada pela revista *Veja*, Manuel Ferreira da Silva indicou quais as principais dificuldades sentidas pelos empresários:

- a burocracia (para abrir e fechar empresas);
- a legislação trabalhista;
- um sistema judicial muito lento.

Apesar destas dificuldades, existem casos de sucesso, como por exemplo a *joint venture* entre a Portugal Telecom e a Telefónica, líder de mercado em telefones celulares, caso também da EDP, do grupo SONAE, da Cimpor, entre outros. As grandes empresas portuguesas continuam no Brasil, mesmo com o forte impacto que a exposição da empresa ao Brasil tem nas cotações das suas acções. Manuel Ferreira da Silva Considerou ainda importante notar o “efeito de arrastamento” provocado pelo investimento e migração para o Brasil das empresas de maior porte, havendo muitas PME portuguesas que se deslocaram sob a protecção de outras maiores. Do investimento brasileiro em Portugal, destacou o caso de sucesso do Banco Itaú Europa.

Em seguida, **António Couto dos Santos** centrou a sua intervenção na recolha de experiências que têm chegado à associação dos investidores portugueses no Brasil. A partir de 1996, com o sobreaquecimento da economia portuguesa, associado a um acelerado período de globalização, o poder político empurrou os investimentos portugueses para o Brasil, utilizando as empresas públicas que ainda dominava. Couto dos Santos considera que Portugal precisa de investir no exterior, principalmente porque, com um mercado de 10 milhões de consumidores, não é possível criar massa crítica para se ganhar competitividade no mercado internacional. Portugal tem que produzir no exterior para ganhar massa crítica, bem como valor acrescentado do produto, assimilando práticas inovadoras e impulsionando o desenvolvimento de novas tecnologias e, assim, novos processos e novos produtos. O Brasil é um mercado de grandes potencialidades, mas é visto como um mercado de elevado risco, nomeadamente quanto ao mercado monetário.

O *boom* de investimento começou em 1996, tendo o seu ponto máximo em 1998, quando Portugal se tornou o terceiro maior investidor no Brasil, o que para um país pequeno, salienta Couto dos Santos, é algo muito impressionante. Adiantou ainda que o capital português participou com 11,6% no total de empresas privatizadas na segunda metade dos anos 90. Foi referido que, embora o potencial do mercado brasileiro seja efectivamente muito bom, existiram certas lacunas no processo de investimento português no Brasil, que devem ser analisadas e assimiladas para que a presença de empresas portuguesas naquele país seja consolidada e sustentável. Primeiro, o poder político não acompanhou as suas intenções de levar os portugueses a investir no Brasil, com um paralelo peso político junto do governo brasileiro. Segundo, atendendo a que era um mercado de grande risco cambial, não foi montada uma estratégia conjunta, entre empresários, e banca e o governo, de resposta aos riscos cambiais que pudessem daí surgir.

Assim, ocorreram sérios problemas devido às disparidades entre bancos das políticas de suporte à estrutura de capitais das empresas. Em terceiro lugar, os empresários portugueses deixaram-se arrastar pela facilidade da língua e da cultura, efectuando investimentos sem conhecimento prévio do mercado de destino. Em quarto lugar, faltou uma estratégia governamental de fomento a uma sinergia entre as pequenas e médias empresas e as grandes empresas, obrigando empresas de controle maioritariamente público a utilizar empresas portuguesas como fornecedoras. É assim importante avaliar, segundo António Couto dos Santos, o resultado do investimento português no Brasil especialmente em termos de custo de oportunidade, quando comparado com o resultado que poderia ter tido um investimento em mercados emergentes do leste da Europa. Ressaltou ainda que é imprescindível exigir um maior investimento brasileiro em Portugal como contrapartida do investimento já realizado (e que se vai realizar) naquele país. Couto dos Santos deixou um desafio às empresas e outras associações empresariais e industriais: que se juntem para exigir ao governo português que pressione o governo brasileiro, particularmente para a resolução de problemas práticos vividos pelas empresas. Chamou ainda a atenção para as dificuldades que o sistema federal brasileiro coloca na mediação e intervenção junto do governo para a resolução destes problemas. Prosseguiu enfatizando que investir no mercado brasileiro é como investir em qualquer outro mercado, sendo por isso necessário que o investimento seja feito com base em estudos sérios do mercado de destino.

Couto dos Santos sublinhou ainda que Portugal deve acompanhar muito de perto o processo de liberalização entre a UE e o Mercosul, tirando daí, posteriormente, vantagens comparativas muito significativas. Em relação ao chamado custo-Brasil e à lei do trabalho do Brasil, normalmente indicadas como barreiras difíceis no processo de internacionalização, Couto dos Santos, considera que as preocupações são exageradas, chegando mesmo a dizer que preferia que Portugal se regesse pela lei do trabalho brasileira do que por aquela que hoje existe no país. Acrescentou ainda que o custo-Brasil (imposto por trabalhador), contrariamente ao que se acredita, é muito mais barato do que em Portugal.

Assim, conclui que é imprescindível haver um conhecimento da legislação e um estudo prévio do mercado, pormenorizado e aprofundado, antes de se fazer o investimento. Couto dos Santos indicou ainda, de acordo com um estudo do ICEP, quais os sectores com melhores perspectivas de negócio no Brasil: turismo, ambiente, serviços de engenharia, concessões, metalomecânica, têxtil e energias alternativas. Concluiu dizendo que Portugal é altamente especializado em alguns destes sectores e o Brasil é um mercado emergente com óptimas perspectivas, mas o processo deve ser feito com base em análises económicas, políticas e sociais sólidas, no âmbito de um processo de concertação com a banca portuguesa.

**António Filipe** começou por esquematizar o quadro geral em que podem assentar as relações económicas bilaterais, indicando aqueles que considera serem os principais tratados entre os dois países. Passou de seguida à análise sobre o relacionamento bilateral entre Portugal e o Brasil no que se refere à realidade das transacções económicas, indicando as dinâmicas comerciais, de investimento e oportunidades e vantagens de ambos os países, concluindo com uma nota positiva acerca da criação de instrumentos como a Agência Portuguesa para o Investimento (API), importantes no apoio e fomento à captação de investimento e internacionalização de capitais e empresas.

Como administrador de uma das maiores empresas brasileiras com investimentos em Portugal, o Banco Itaú Europa, **Jorge Jardim Gonçalves**, afirmou que o banco que se encontra completamente em linha com as declarações de António Filipe, da API, em relação aos méritos de investir em Portugal, manifestando-se bastante satisfeito com o retorno dos investimentos até hoje realizados. Após uma breve apresentação de ambas as economias, portuguesa e brasileira, passou a referir-se aos investimentos brasileiros em Portugal, com especial atenção para o caso do Banco Itaú Europa. Destacou, na vertente inovação, para além do banco, os investimentos da Abril (na sua relação com a SIC), criadores de alguma inovação na forma de editar e produzir revistas e televisão, e pela inovação do conceito destacou ainda o Boticário. Como factores determinantes para o investimento em Portugal, Jardim Gonçalves realçou a necessidade que os brasileiros têm de ter activos e receitas fora, com o objectivo de afastar a instabilidade macroeconómica da economia interna. O investimento no estrangeiro, quando feito de forma sólida e em mercados estáveis, funciona também como factor de diminuição de custos de crédito da empresa.

O investimento em Portugal é uma plataforma de acesso a um mercado muito mais vasto, a língua e a cultura são factores que facilitam a integração e, por outro lado, a estabilidade do quadro de leis e de incentivos de impostos e outros, que Portugal oferece a empresas brasileiras.

Assim, Jardim Gonçalves refere que a inovação é um conceito fundamental para o sucesso que os investimentos brasileiros têm tido no mercado português. Como exemplos de destaque, usou o Itaú e o Boticário. É difícil internacionalizar o negócio sem um factor de inovação. O Itaú trouxe esse factor de inovação através de um *rating* financeiro internacional muito forte (BA1), motivado por um conceito inovador de gestão. Concentrou a sua acção no acompanhamento às empresas, financiando projectos que as empresas tenham em Portugal, mas também financiando projectos que essas empresas levam de Portugal para S. Paulo.

Mais de metade do capital do Itaú está investido fora, e desse total cerca de um terço está em Portugal, o que dá uma ideia da importância que o mercado português tem para aquele banco. Importância adicional e comprovada pelo facto da sede do Banco Itaú Europa ser em Lisboa. Jardim Gonçalves considera que os brasileiros têm vindo a tomar consciência da sua necessidade de se internacionalizar e, nos próximos anos, haverá uma consolidação da presença internacional dos principais grupos do Brasil. Assim se legitima a razão de ser da orientação de actividades do banco para as áreas de apoio à internacionalização de capitais brasileiros, ao apoio a projectos de investimento tanto no sentido Brasil – Portugal, como no sentido Portugal – Brasil. Numa breve sessão de debate, Marco Aurélio Garcia comentou as intervenções efectuadas dizendo que entre as principais razões para o investimento entre os dois países, estão a língua e a cultura no contexto de globalização acrescida, funcionando aquelas como um factor de identificação.

No plano económico realçou a inserção regional de ambos os países nos seus respectivos espaços, UE e Mercosul. Inter-relacionado com as principais determinantes do investimento, está a estabilidade macroeconómica da economia brasileira, pelo que Marco Aurélio Garcia fez questão de mencionar que a política económica orientada para a estabilidade macro, o cumprimento dos pagamentos internacionais e mais e melhor coesão social, não é espasmódica, é uma política de longo-prazo. Sendo o Brasil um mercado com um elevado potencial de crescimento, os investimentos feitos por empresas portuguesas no Brasil abrem portas para um crescimento de escala que na

Europa seria impossível. Como exemplo, temos a Portugal Telecom na sua *joint venture* com a Telefónica, que já no ano passado atingiu 21 milhões de clientes. Um estudo ainda por fazer é o do impacto da penetração do telefone móvel na microeconomia, que segundo M. A. Garcia tem sido muito grande, particularmente após a inovação inserida no mercado brasileiro pela Vivo (PT/Telefónica): o sistema pré-pago. Este sistema teve impacto directo não na elite económica do Brasil, mas sim nas classes trabalhadoras, como empregadas domésticas, profissionais liberais, entre outros. O governo está ciente dos problemas burocráticos e daqueles emergentes da natureza federal do sistema de governação, no entanto, houve já avanços nessa matéria e, indicou o chefe da Assessoria Especial do Presidente do Brasil, a prioridade não deve ser a recriminação mútua, mas sim encontrar caminhos pelos quais se possa enveredar para abrir hipóteses de resolução de nós de negociação mais difíceis.

### **Apresentação e discussão da versão preliminar do relatório do projecto investimentos, inovação e mutações sociais**

No início deste painel, **André Magrinho** começou por referir que este é o momento em que começa a ser possível fazer um avaliação dos investimentos portugueses no Brasil, de forma a antecipar mudanças que têm que ser feitas, para que as empresas possam transformar dificuldades em oportunidades. André Magrinho descreve três ondas de investimento português para o Brasil:

- o primeiro, efectuado pelas grandes empresas, com uma parte significativa de capitais públicos;
- um segundo momento de reforço do investimento das empresas que já tinham investido, bem como um primeiro movimento de PME para o Brasil;
- uma terceira fase, caracterizada por uma vaga muito significativa de investimento de PME para o Brasil.

Assim, sendo que mais de 300 empresas portuguesas estão no Brasil, perfazendo um investimento significativo, existe já uma base considerável e merecedora de um estudo que avalie o seu impacto no mercado brasileiro, tanto na sua vertente económica e financeira, como na sua vertente social. Torna-se assim também extremamente relevante entender de que forma este movimento de internacionalização começa a influenciar a cultura empresarial portuguesa, que inovações e atitudes começam a surgir. Importante também é incutir nas empresas uma boa noção da relevância das redes, parcerias e formas de acção que obriguem os poderes públicos a uma certa diplomacia económica, ou inteligência económica.

**Ricardo Migueis** descreveu as bases teóricas e práticas para o desenvolvimento do trabalho de campo, quais as instituições envolvidas e as diversas fases pelas quais passou o trabalho. Assim, no primeiro ano do projecto, o ênfase foi colocado no impacto do investimento português no Brasil, com uma extensa investigação que se dividiu em várias fases, sempre com a coordenação de esforços entre várias instituições. A primeira fase do trabalho de investigação a caracterização do investimento português no Brasil: que empresas, qual o valor do investimento, em que estado foi o investimento efectuado, qual a dimensão e a história de cada empresa. Em suma, descobrir quais as dinâmicas do investimento Portugal-Brasil ao pormenor, bem como as particularidades do contexto em que se inserem: as relações inter-regionais UE-Mercosul. As empresas foram escolhidas segundo critérios económicos: valor total do investimento desde o ano de entrada no Brasil até hoje, volume de receitas; critérios de estrutura da organização:

número de trabalhadores; e por fim, algumas empresas mais pequenas mas das quais, através da investigação realizada, se descobriu serem casos importantes e portanto exemplares de investimento inovador ou responsabilidade social.

De uma *short-list* de 25 empresas, foram entrevistadas 14, sendo que 3 são parte do mesmo grupo, mas com a sua própria, e relevante, história para contar. O inquérito realizado foi dividido de forma temática:

O tipo de abordagem da empresa ao instalar-se no Brasil, principais dificuldades e principais aspectos favoráveis; de que forma o investimento foi direccionado para actividades de inovação e como isso pode ter originado maiores índices de produtividade e competitividade;

Práticas de responsabilidade social e ambiental empresarial e os seus efeitos práticos; A forma como as tecnologias de informação e comunicação podem ou não influenciar a capacidade produtiva e competitiva de uma empresa;

Quem são os principais parceiros das empresas no desenvolvimento de actividades de Pesquisa e desenvolvimento e de que forma essa interacção pode resultar, efectivamente, na internalização de práticas ou processos inovadores na empresa. Qual o lugar da empresa na lógica das dinâmicas inter-regionais UE-Mercosul e Portugal-Brasil, mais particularmente.

Seguidamente, **Isabel Salavisa** começou por fazer algumas considerações genéricas relativas aos dados apresentados no relatório preliminar. Isabel Salavisa considera que para tentar compreender o gigantesco esforço de investimento de Portugal no Brasil é preciso pensar nas dinâmicas de constituição e integração de grandes blocos económicos. A economia mundial percorreu três grandes fases no seu processo de globalização: a primeira, que remete ainda ao comércio de mercadorias. Posteriormente, houve uma emergência de investimento directo de empresas e o fenómeno de multinacionalização, ilustrando o ciclo do produto. As empresas procuravam mão-de-obra barata, tentando fazer plataformas de produção para exportar para os países mais desenvolvidos. Uma terceira fase, muito recente, acrescentou às duas últimas a liberalização dos movimentos dos capitais de curto prazo. Paralelamente, começaram-se a construir grandes blocos económicos (NAFTA, UE, Mercosul, ASEAN, entre outros), e desenvolveram-se os grandes mercados emergentes, como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. É nos blocos emergentes que as perspectivas de crescimento são mais elevadas. Assim, torna-se uma lógica irrefutável direccionar esforços para os países emergentes, lógica também partilhada pelos EUA. A Europa, a UE e, acima de tudo, Portugal, não são líderes na inovação. Existem alguns sectores fortes em Portugal, nomeadamente as telecomunicações, mas os EUA lideram claramente a competitividade na maioria dos sectores industriais e de serviços.

A estratégia europeia deve passar por uma replicação de processos e produtos em grandes mercados emergentes, os quais assumem uma dimensão inovadora porque não existiam ainda nesses mercados. As empresas portuguesas que investiram no Brasil são, segundo Isabel Salavisa, parte do melhor que existe em Portugal e têm uma estratégia simples, que deve primar pela eficácia. O que estas empresas fizeram foi replicar as suas estratégias e produtos no mercado brasileiro, dado que o mercado doméstico estava saturado. Não ter ido, por exemplo, para a Europa Central, prende-se com o facto desses mercados terem ligações muito mais próximas com a Alemanha. No comentário feito às respostas ao questionário realizado às empresas portuguesas no Brasil, Isabel Salavisa salientou que as empresas valorizam principalmente a escala do mercado, não só por

terem assinalado essa como uma das principais razões para investir no Brasil, mas também por não terem referido o factor “preço da mão de obra”, como um factor decisivo para investir.

O sector privado aproveitou a fase de estabilização macroeconómica do Brasil, nomeadamente através do Plano Real, e a fase de privatizações para penetrar naquele mercado. Para isto, foi aproveitada a capacidade e actualidade tecnológica de algumas empresas portuguesas. Isabel Salavisa, referiu ainda que o questionário trabalha de forma muito interessante a questão da responsabilidade social das empresas, tanto na sua vertente interna como externa. O contexto em que se processa o investimento, a burocracia, os vistos de trabalho, a insegurança jurídica, são condicionantes directos e cada vez mais relevantes. Em relação à inovação, nas suas diversas vertentes, a principal ideia é que as empresas portuguesas não só transferiram conhecimento para o Brasil, mas também aprenderam e começaram já a trazer de lá novos ensinamentos. As empresas inovaram por estar no Brasil, por estar num contexto novo.

**Paulo Nordeste** falou do investimento da Portugal Telecom no Brasil, da importância da Portugal Telecom Inovação (PTI) para a Portugal Telecom, bem como, da importância da inovação no processo de internacionalização de um negócio como a telefonia móvel celular. Assim começou por referir que a internacionalização foi motivada, em grande medida, pela capacidade de reacção inovadora da Portugal Telecom ainda em Portugal, de que é exemplo o desenvolvimento do produto/serviço pré-pago. A PTI foi a base de desenvolvimento e adaptação desse e de outros produtos no novo mercado, funcionando em rede com universidades, investigando e produzindo novas soluções para a PT e para a VIVO, no caso concreto do Brasil. Este serviço, conclui, foi e é fundamental para que a empresa cresça, continue a crescer e alargar-se a novos mercados. Gilberto Dupas considera que os investimentos portugueses no Brasil têm que ser avaliados à luz de três grandes vectores político-económicos que orientaram as mutações do mercado brasileiro na segunda metade da década de 90. O primeiro é a abertura económica e comercial do mercado daquele país, que em paralelo com a modernização que motivou pelo acréscimo da competitividade, também provocou alguns impasses. O desequilíbrio da balança comercial, muito em especial pela dificuldade de adicionar valor (particularmente em termos tecnológicos) aos produtos produzidos localmente, é uma questão chave para entender as causas das crises cambiais de países como o Brasil e a Argentina. Em segundo lugar, é preciso ter em conta a radicalização da globalização e, dentro desta, das cadeias produtivas globais, marcadas pelo complementaridade e especialização. Em terceiro lugar, a conjuntura económica brasileira, ficou marcada pela desvalorização do real em 1999, como medida incontornável no reposicionamento dos equilíbrios no mercado interno. Assim, uma empresa que pretende actuar como investidor internacional tem necessariamente que se inserir dentro de uma lógica de luta pela liderança de uma cadeia global; ou a inserir-se dentro de uma cadeia em que é fornecedor ou parceiro; ou, ainda, a ocupar um nicho específico, o que ocorre muito no sector de serviços. A estratégia das corporações tem que levar em conta essas três premissas.

### **A Estratégia de Lisboa e as relações União Europeia – Mercosul**

**Jaime Quesado** destacou as questões de substância estratégica, a nível político e económico, no âmbito das relações entre a União Europeia e o Mercosul. Foram realçadas três questões fundamentais:

A Estratégia de Lisboa deve ser vista como a base a partir da qual se deve analisar a capacidade da Europa de se tornar a região mais competitiva do mundo, criando mais e melhor emprego e assim, aumentando também a coesão social, temática que não pode ser separada da internacionalização das empresas portuguesas para o Brasil.

A relação entre a UE e o Mercosul tem sido, segundo Jaime Quesado, uma relação de desconfiança estratégica. Isto, apesar de passos importantes no sentido de aproximar as duas regiões, como foi o importante papel desempenhado por Portugal e Espanha através do significativo fluxo de investimento para países do Mercosul. Além disso, o Mercosul continua a ser uma miragem, quer do ponto de vista de integração económica, quer do ponto de vista de integração política. No entanto, há sinais de que as novas administrações do Brasil e da Argentina estão decididas a consolidar o processo de integração regional.

Qual o impacto e alcance da inovação e competitividade no futuro das duas regiões? O desenvolvimento das duas regiões está inter-relacionado com a capacidade de actuar em rede, bem como pelo aproveitamento da escala. A palavra de ordem é construir grandes linhas de actuação em termos de escala, sendo que a questão que aqui se coloca é a de saber como aproveitar o presente contexto para aumentar a coesão social e a competitividade.

**Maria João Rodrigues** procurou descrever e analisar o caminho até aqui percorrido na implementação da Estratégia de Lisboa, explicitando quais as novas portas que se abrem tanto a nível interno, na Europa, como na edificação e consolidação das relações políticas e económicas com o Mercosul. As conclusões da Cimeira de Lisboa, de 2000, foram traduzidas num conjunto de instrumentos comunitários, que são directivas e todo um conjunto de planos de acção para várias áreas, desde a sociedade de informação, política de inovação ou a política de segurança social, entre outras. Maria João Rodrigues considera que, neste momento, é preciso dar prioridade à implementação de todas estas directivas ao nível nacional, um processo em curso mas que é ainda muito desigual e insatisfatório. Esta é a prioridade da Presidência Irlandesa da UE. Duas áreas são centrais e devem ter a prioridade: as políticas de inovação e a reforma da segurança social. No lado da América Latina está em curso também um debate sobre qual deve ser a estratégia de desenvolvimento económico e social, e deve ser dada particular atenção à reorientação que está em curso no caso brasileiro. Esta reorientação, que está a ocorrer no Brasil, é um processo da maior importância também pelas consequências de arrastamento no sentido da modernização que aquele país sul-americano pode ter noutros países da região.

Assim, é o momento oportuno para intensificar o intercâmbio entre a UE e o Mercosul, em torno do que deve ser uma estratégia económica e social, para o reforço da competitividade com coesão social, no contexto actual de uma economia altamente globalizada. Maria João Rodrigues falou ainda dos benefícios para a Europa da plena aplicação da Estratégia de Lisboa, realçando que permitirá à UE mudar a sua posição na economia internacional, na divisão internacional do trabalho, e promover na União o investimento nas novas áreas, permitindo-lhe ter uma posição mais generosa, mais aberta, em termos de comércio internacional, para que possam ultrapassar-se dificuldades como aquelas verificadas em Cancún. Significa isto que sabemos que é imprescindível uma maior abertura dos mercados europeus e americanos, nomeadamente à produção dos países intermédios e dos países em desenvolvimento.

Políticas macroeconómicas não chegam, é necessário uma estratégia integrada de desenvolvimento económico-social.

Maria João Rodrigues sustenta ainda que se o objectivo for promover o crescimento económico e o crescimento da competitividade, não chega apostar apenas em políticas macroeconómicas que promovam o crescimento sustentável e controle da inflação. Estas políticas são necessárias mas não suficientes, é preciso juntar-lhes outras de carácter estrutural, voltadas para os factores estruturais de competitividade e criar as bases sociais do crescimento: reforçar a coesão social, apostar na educação. Das lições da experiência de três anos de aplicação da Estratégia de Lisboa, pode-se concluir que houve progressos inegáveis, mas existem ainda muitos bloqueios que derivam dos modelos organizacionais e de gestão das empresas e serviços públicos. Tem que haver um esforço particular de modernização desses modelos para potenciar as tecnologias de informação. Na área da inovação estão a ser feitos esforços para aumentar a capacidade científica europeia, foram lançados novos instrumentos, chamados de redes de excelência ou projectos integrados, que agregam dezenas a centenas de entidades à escala europeia, em torno de projecto concretos. No entanto, não chega desenvolver o potencial científico, tem que se combinar a política científica com política de inovação. Existem disparidades enormes entre regiões em termos de políticas e capacidades de inovação, pelo que há um enorme processo de aprendizagem a desenvolver à escala europeia, para permitir que as regiões mais atrasadas possam recuperar. Em matéria de modelo social, Maria João Rodrigues salientou que para construir uma economia baseada na inovação e no conhecimento tem que se preparar as pessoas para a mobilidade. Assim, deve ser dada uma clara prioridade ao investimento na formação ao longo da vida.

O principal obstáculo está na necessidade de identificar regras claras de partilha do custo deste investimento, um investimento com grandes custos que tem que ser repartido entre o esforço público, privado e os próprios indivíduos. Analisar as possibilidades e formas de transformar a causa do desenvolvimento sustentável numa oportunidade para a criação de emprego e investimento, é outro dos temas particularmente relevantes na formulação de políticas para o desenvolvimento económico e social. É preciso, por isso, gerar sinergias positivas entre estes dois temas. A experiência de países escandinavos indica-nos que há uma miríade de empresas novas a emergir, que conseguem combinar a frente do desenvolvimento sustentável, investimento inovador e criação de emprego, exportando serviços e produtos à escala mundial. Em conclusão, salientou-se que para promover de forma eficaz uma estratégia económica e social temos que ter governos capazes de articular de forma sistemática políticas tecnológicas, económicas e sociais. É também necessário envolver todos os actores relevantes, das empresas às autarquias, às instituições universitárias e às instituições financeiras. É imprescindível ser inovador em matéria de instrumentos políticos, utilizar não só os instrumentos políticos tradicionais, os chamados instrumentos jurídicos, a capacidade vinculativa sancionada pelo sistema judicial, mas também instrumentos de coordenação *soft*, que consiste no envolvimento de todos os actores relevantes e com eles desenvolver um projecto/visão comum e com isso desenvolver linhas de actuação envolvendo esse vários actores. Este método – Método Aberto de Coordenação – está a ser aplicado em 11 áreas e foi também consagrado no projecto de constituição europeia. Não há estratégia eficaz ao nível económico se não houver também capacidade inovadora ao nível de governação.

**Marco Aurélio Garcia** concentrou inicialmente a sua intervenção na contextualização da presente situação político-económica do Brasil e do Mercosul e, seguidamente, na política externa do Brasil e do Mercosul. No que respeita à economia do país, o projecto de desenvolvimento económico do governo Lula iniciou a sua administração com uma pesada herança económica, sendo que os principais desequilíbrios, realçados pelo orador, foram a perspectiva de uma taxa de inflação muito elevada, a taxa de câmbio praticamente descontrolada, a dívida interna que se multiplicou por 10 nos últimos 8 anos, e a existência de um défice significativo nas balança comercial, bem como o risco país. Assim os primeiros doze meses do governo Lula, foram em grande medida dedicados ao controle e melhoria desta situação, sendo que, como consequência, o crescimento económico foi de 0,5%, houve uma redução da taxa de juros significativa de 26,5% para 16,5%, representando uma tendência de baixa que contribui para a reactivação da economia.

Assim, o objectivo não é um processo de desenvolvimento cíclico, mas sim, sustentável a longo prazo. Realçando o paradoxo do legado do processo de desenvolvimento histórico-económico dos últimos 50 anos no Brasil (aumento da desigualdade social mas com construção de uma importante base industrial/produtiva), explicou que este está na origem das chamadas “décadas perdidas”, a de 1980 e a de 1990, sendo que o objectivo do governo é impedir que ocorra uma terceira década perdida e, paralelamente, criar as condições para um desenvolvimento sustentável, incluindo elementos económicos e sociais. Assim, uma mudança crucial é que a distribuição de renda não pode ser considerada como uma consequência do crescimento económico, mas deve ser entendida como parte do processo de crescimento económico, ou seja, como um factor de desenvolvimento. Assim, foram lançadas também políticas emergenciais de combate à exclusão social, como o programa Fome Zero, que são também maneiras de criar estímulos positivos à actividade económica.

Passando depois a referir-se à política externa, Marco Aurélio Garcia enfatizou a inter-relação entre a política externa e a economia, principalmente num país de escala continental e que procura uma inserção global mais justa, como é o caso do Brasil. O eixo da política externa brasileira é a América do Sul, sendo que a principal preocupação é o relançamento de Mercosul estagnado. Neste contexto, uma das principais prioridades foi a consolidação das relações com a Argentina. Segundo o orador, o Mercosul deve ir além do comércio, devendo objectivar uma maior integração política e um alargamento das suas fronteiras. O reforço do Mercosul passa pela transformação de Montevideo num centro dinâmico de implementação do projecto mercosulino, até que se possa chegar ao funcionamento efectivo de um parlamento do Mercosul, o que criaria uma dimensão de transnacionalidade muito mais elevada. Assim, passos essenciais no sentido desse maior nível de supragovernamentalidade são, por exemplo, a criação de uma moeda única, coordenação de bancos centrais, etc. Isso permite dotar o Mercosul de uma política externa comum, materializada na forma como tem sido articulada a posição dos países membros nas negociações para a ALCA, bem como na reunião de Cancún, no âmbito da OMC. A UE ressent-se de uma interlocução firme no seio do Mercosul, vendo este mais como um grupo de países do que como um projecto mais consistente do ponto de vista económico, social, político. Relançar o Mercosul torna-se, assim, imprescindível para potenciar também as negociações para uma Área de Livre Comércio com a UE. A PAC continua a ser o maior obstáculo ao desenvolvimento das, havendo ainda um longo caminho a percorrer para que a política agrícola europeia seja compatível com uma associação mais profunda com o Brasil. A política externa brasileira voltou a apostar claramente na África, nomeadamente com os

países de expressão portuguesa, avançando no diálogo sul-sul, e também com a Índia e a África do Sul, e posteriormente, com a Rússia e a China. Esta aposta visa caminhar no sentido de criar um sistema de relações políticas e económicas mais abrangente e, assim, mais multilateral.

O Brasil participa da Comissão Kofi Annan, que propõe a redefinição não só da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, mas também do próprio EcoSoc., no qual luta por um mais equilibrado sistema de regulamentação económica mundial. Comentando a intervenção de Maria João Rodrigues, o assessor especial do Presidente Lula referiu que o Brasil ainda se encontra numa fase de desenvolvimento anterior à que a Europa conhece: antes das infraestruturas relacionadas com as TIC, o Brasil, e o resto da América do Sul, precisa de se tornar mais integrado: urge construir portos, aeroportos, ferrovias, estradas, saneamento, etc. Assim, a América do Sul deve ser vista como uma nova fronteira pela Europa, na medida em que os capitais especulativos já não remuneram como aconteceu no passado e que a bolha de expansão social dificilmente se repetirá, chegou a altura de pensar numa estratégia de crescimento e retorno mais estruturado, consolidado e duradouro.

**Ramon Torrent**, concentrou-se na ideia de União Europeia, no presente processo de aprofundamento e alargamento da UE e, ainda, que dificuldades e oportunidades se afiguram para Portugal. Segundo Ramon Torrent, é imprescindível compreender o que é a UE hoje, porque frequentemente se fazem comparações entre a UE e os EUA (enquanto entidade política), ou referências à UE como se fosse um novo país. A UE não é nem será um novo país; é um conglomerado de 16 entidades: a Comunidade Europeia mais os 15 Estados-membros. O conglomerado actua como uma única entidade quando as competências são da Comunidade, que é o que acontece em matérias comerciais, pelo que, exemplificou o orador, se não há uma reforma da PAC mais profunda não é porque a França não quer, mas sim porque não há uma maioria qualificada no Conselho Europeu para a aprovar. Isto torna o assunto um tema mais complexo, uma vez que dispersa a responsabilidade pelos países membros, como Portugal ou Espanha, que também não querem renunciar aos benefícios da PAC. De seguida, mencionou as dificuldades de negociação no âmbito da arquitectura financeira internacional, referindo as paradoxais associações e agrupamentos de países nas discussões no quadro do FMI (incluindo aquelas anteriormente referidas como particularmente relevantes para os países do Mercosul: a taxa de juro e a taxa de câmbio), ou ainda o difícil tema da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Assim, a Estratégia de Lisboa transforma-se na estratégia de 16 actores independentes e não na única estratégia de um único actor coerente.

**José Manuel Mendonça** concentrou a sua exposição na sua experiência de transposição de C&T e Inovação para a sociedade, para a economia e para a indústria, bem como na forma como esta se insere no âmbito das relações luso-brasileiras enquanto actores representativos de um bloco regional. A cooperação de C&T entre Portugal e o Brasil é muito pontual, não está estruturada e existem apenas relações individuais entre investigadores ou centros de investigação, construídas através de afinidades pessoais. Existem algumas relações institucionais entre universidades, alguns encontros científicos luso-brasileiros, poucos estudantes brasileiros em Portugal e vice-versa. José Manuel Mendonça considera que são precisos programas-quadro de investigação entre Portugal e o Brasil. Os cientistas/investigadores exprimem dificuldades no projecto de cooperação bilateral, sendo que o financiamento de projectos é muito limitado. Existe também um défice de imagem da Portugal no Brasil. José Manuel Mendonça acha que a colaboração entre empresas portuguesas que investiram no Brasil e outras brasileiras

pode ser desenvolvida em nichos específicos. No entanto, salientou ainda que Portugal tem potencial e capacidade competitiva de excelência em algumas áreas que não são suficientemente explorados porque não são conhecidos ou ainda porque Portugal se virou para a Europa. Fazendo uma ligação entre C&T e inovação, o orador salientou que é importante explorar os negócios baseados em tecnologias que já existem, mas também as tecnologias que farão parte de um futuro não muito longínquo.

As tendências de desenvolvimento devem assentar nos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento económico, coesão social e protecção ambiental (a imigração, o envelhecimento da população, a responsabilidade social e ambiental que devem acompanhar todo o ciclo de vida do produto, entre outros). Pilares que estão activamente a criar novas oportunidades de negócios, algumas delas já emergentes, como a nanotecnologia (com grande impacto em materiais médicos), a genética, carros de hidrogénio, sistemas de transporte das grandes metrópoles, química, tecnologias de informação, alterações na estrutura industrial, entre outros. As disparidades inter-regionais são uma característica presente no mundo inteiro, os desafios assemelham-se, mas o desenvolvimento de hoje é diferente do desenvolvimento de ontem: outras regiões, como a Índia, China ou o Brasil, não podem crescer assentes na mesma estratégia que desenvolveu industrialmente os países europeus e os EUA. As primeiras potências industriais desenvolveram-se com base numa ligação muito forte entre o consumo de materiais, a energia e o crescimento, com uma forte ligação entre transportes e crescimento do PIB.

A inovação e a tecnologia são extremamente importantes e a cooperação científica e tecnológica entre Portugal e o Brasil pode ajudar a fazer a ponte entre aquilo que Portugal, em determinados nichos, pode fazer e aquilo que a Europa vai ter de fazer para enfrentar desafios não tão diferentes daqueles que o Brasil terá de enfrentar, como país de escala continental. A UE terá que reiniciar e reinventar a Estratégia de Lisboa, de acordo com a experiência dos três primeiros anos, face às novas perspectivas inerentes à globalização; o Brasil também terá que enfrentar esse desafio e deve ser criado um elemento de complementaridade e reaproximação entre as partes

## **Mesa redonda - Apresentação de propostas e conclusões**

**Gilberto Dupas** iniciou a mesa redonda realçando a necessidade de compatibilização de três factores imprescindíveis para o avanço da construção dos projectos europeu, mercosulino e das relações entre ambos: estabilidade (não só necessária mas também muitas vezes vista como contraditória com a questão social), crescimento económico (necessário mas insuficiente para resolver a questão global, particularmente agora que os novos paradigmas da globalização indicam que crescer já não significa gerar empregos), e coesão social. Instrumentos como a Estratégia de Lisboa, devem ser pensados, então, de forma a compatibilizar esses três factores, no quadro da construção regional e da aproximação entre regiões.

**Maria João Rodrigues** salientou que há consciência que existem bloqueios, com os quais tem que se lidar, ao analisar as perspectivas de cooperação entre a UE e o Mercosul. Referindo-se aos bloqueios emergentes do lado da UE, mencionou que é preciso atingir um estágio de união política mais coerente e, ainda, a reforma da PAC. É necessário que haja uma alteração da relação de forças, tal com aquela que aconteceu em Cancún no sentido de criar condições para que a UE mude de posição em matéria de PAC. No entanto, para que isto aconteça, têm que ser oferecidas alternativas para o

desenvolvimento económico e a criação de empregos na Europa. Deve haver uma atitude mais ambiciosa e mais próactiva no sentido de se fazer abrir uma nova frente de cooperação económica (através da exploração sistemática das oportunidades no âmbito de cadeias produtivas), e na frente de cooperação em C&T, aqui devem ser criadas redes de excelência abertas a uma maior participação de parceiros de fora da União Europeia, nomeadamente de países da América Latina.

A intervenção de **Manuel Mota**, mais centrada nos resultados do inquérito realizado junto das empresas portuguesa que investiram no Brasil realçou que os resultados do trabalho de campo levam a concluir que a inovação ainda não atravessa todos os sectores da indústria e comércio e apontam para a importância de alguns factores meta-económicos, como a responsabilidade social empresarial, que deve ser um elemento cada vez mais presente, também devido ao desenvolvimento de novos paradigmas da globalização. Finalmente, salientou a importância da existência e do fomento de uma cultura de inovação, que atravesse os diversos sectores da educação e corporativos, de forma a que esta possa ser implementada nos processos de produção.

**Álvaro de Vasconcelos** sublinhou a vontade política do governo brasileiro de reforçar as instituições do Mercosul, bem como o facto de Brasília ter aceite a sua posição de motor essencial do Mercosul; a União Europeia definiu o Mercosul como prioridade estratégica, sendo que entre duas potências civis, deve haver avanços significativos em acordos de cooperação económica, comercial e de C&T, entre outros do mesmo género. A a relação UE-Mercosul justifica-se essencialmente por razões de natureza política, assente na procura da multilateralização do mundo e na relação entre espaços integrados; a PAC pode ser reformada mas não vai ser desmantelada e, assim, será sempre considerada como um obstáculo às relações UE-Mercosul. Deste modo, a política externa da UE deve ser pensada incluindo a existência da PAC, mas privilegiando alternativas para o aprofundamento das relações; os investimentos portugueses no Brasil são um elemento que veio dar mais substância à relação luso-brasileira, reforçando igualmente a posição de Portugal na União: Portugal é tanto mais forte na UE, quanto mais forte forem as relações portuguesas no exterior. É preciso pensar os investimentos portugueses numa perspectiva estratégica e não apenas numa perspectiva contabilística de curto-prazo.